

Sobre trabalhadores:
identificações e confrontação social em Uberlândia-MG
na passagem do século XX para o século XXI

*On workers:
identifications and social confrontation in Uberlândia-MG
on the passage of the 20th century to the 21th century*

Sheille Soares de Freitas¹

Resumo: O artigo enfatiza interpretações e práticas conflitantes nas relações sociais vividas em Uberlândia, Minas Gerais, principalmente na segunda metade do século XX e início do século XXI. Essa proposta é construída a partir da análise de distinções classistas que compõem a ocupação e produção da cidade, motivando a discussão de processos de identificação e dissidência entre trabalhadores, a partir de um campo de contradição e desigualdades sociais. Essa intenção permitiu indagar o modo como esses sujeitos sociais atuam e se veem no processo histórico em curso, ao produzirem memórias e indicarem a experiência social compartilhada.

Palavras-chave: experiência social, trabalhadores, cidade, memórias, Uberlândia (Minas Gerais, Brasil).

Abstract: The article emphasizes interpretations and conflicting practices in social relations lived in Uberlândia, Minas Gerais, mainly in the second half of the 20th century and early 21th century. The proposal is based on the analysis of the class distinctions that compose urban occupation and the production of the city, that motivated the discussion of identification and dissent processes among workers, starting from a field of contradiction and social inequalities. This intention led me to inquire the mode as these social subjects act and see themselves in the historical process in progress, when they produce memories and indicate a shared social experience.

Keywords: social experience, workers, city, memories, Uberlândia (Minas Gerais, Brazil).

¹ Doutora em História; professora adjunto A do Curso de História - UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Este artigo é resultado de pesquisas e debates realizados durante a produção da tese de doutorado, financiada pela FAPEMIG (2006-2009), intitulada **Por falar em culturas... histórias que marcam a cidade - Uberlândia/MG**, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Heloisa H. P. Cardoso, no Programa de Pós-Graduação em História-UFU. E-mail: sfsheille@gmail.com

Ao propormos como desafio dialogar com trabalhadores participantes das relações e transformações sociais empreendidas nas últimas décadas, experimentamos enfrentamentos e reticências ao pragmatismo acadêmico, observando lugares classistamente marcados e ambigualmente presentes nas memórias e divergências interpretativas que construímos durante a realização de entrevistas, assim como provocadores da produção do conhecimento histórico.

Talvez a questão em debate perpassasse não só o processo de realização de entrevistas e constituição de memórias desse “sujeito que narra” – neste caso a entrevistada Ana Maria, minha interlocutora nessa proposição – mas uma reflexão que explicita os usos e incongruências desse diálogo na escrita histórica. Acredito, fundamentalmente, que esse procedimento – de reconhecer o campo interpretativo e os interesses expressos na produção da entrevista, ou mesmo em outras documentações – explicita os limites de nossas convicções e encaminhamentos sobre a realidade, caso não queiramos apenas recompor cenários de época.

Deste modo, o trato das fontes orais apresenta ao historiador a necessidade de confrontar-se com os supostos teóricos e metodológicos que informam sua produção. Principalmente por contrariar um possível lugar de conforto imaginado para a construção de entrevistas, como espaço de confirmações e de apêndice a outras fontes.²

A tentativa, ao tratar a fonte oral, é ver como esse movimento – de questões, evidências e contradições – é percebido e apresentado na entrevista. Algo significativo para debatermos sobre as identificações e distinções construídas pelos trabalhadores, ao se confrontarem com expectativas e limitações nas relações classistas de que tomam parte.

Aproximando-nos dessa percepção, o interesse neste artigo é compreender o processo de interpretação das fontes como provocador de novas evidências, assim como um caminho de articulação do historiador frente às possíveis narrativas e narradores com que se defronta na investigação histórica. Para isso, colocou-se como questão, nesse trabalho, a trajetória e as relações de Ana Maria em Uberlândia, Minas Gerais.

² Cardoso, ao discutir a relação entre a produção vinculada à História Social e à História Oral, indica a preocupação com esse uso e o processo de produção de memórias que se faz nesse processo de construção da entrevista e de sua relevância na reflexão histórica. CARDOSO, Heloisa H. P. Nos caminhos da História Social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 42, p. 31-47, jan./jun. 2010.

Em grande parte de sua vida ela se reconheceu no universo dos trabalhadores, mas nas últimas duas décadas incorpora à sua prática um distanciamento contraditório dessa condição de classe, construindo para si uma referência que intitula ser de “classe média”.³ Em 2006, a entrevistada mantinha os trabalhos de casa e o cuidado da família como sua principal ocupação, incluindo, também, os pais com problemas de saúde e em idade avançada. Naquele momento, considerei pertinente essa conversa porque buscava interlocutores que tivessem um percurso como trabalhadores em Uberlândia que atravessasse a segunda metade do século XX e início do século XXI e, para esse texto, destaco que sua trajetória permitiu vislumbrar algumas questões mais pontuais sobre confronto e desigualdade, que permeiam o universo dos trabalhadores na sociedade capitalista, principalmente ao se remeter à distinção de classe e presença/atuação desses sujeitos no cenário social.

Ao problematizar essas questões em Uberlândia, destaco a dificuldade de valorar as disputas presentes na produção e uso das fontes, quando interessa pensar as relações construídas nas cidades brasileiras. Repercutir o processo de transformação social, voltando-se para o modo como as relações classistas são produzidas, exigiu recolocar, constantemente, explicações e práticas canonizadas sobre certos projetos de cidade, indicando uma quebra na genealogia de datas, personagens e obras. Uma agenda orquestrada por interesses que, em desigualdade, propõem-se, muitas vezes, como universais.

Isso impelia a indicar que havia confrontações a discutir. Uma preocupação que pauta o debate historiográfico, evidenciando a posição que assumimos na sociedade em que vivemos. Josep Fontana, ao falar de sua atuação como historiador, sugere que “Não basta entendermos as leis, os discursos, as proclamações oficiais, se não conseguirmos nos aproximar e compreender como as pessoas estão agindo.”⁴

Assim, priorizei observar a atuação dos trabalhadores pela cidade – “ponto de encontro permanente” dos “embates sociais”, considerando essa presença algo que marca o processo histórico da sociedade brasileira ao

³ Conheci Ana Maria durante a produção da tese de doutorado, uma senhora que em 2006, momento da entrevista, possuía 50 anos de idade, era casada e mãe de dois filhos. Sua identidade, parcialmente revelada pelo primeiro nome, instiga a ver mais do que sua história, interessando perceber as histórias e experiências que se evidenciam a partir de sua narrativa.

⁴ FONTANA, Josep; MACHADO, Paulo Pinheiro. Entrevista com o Prof. Dr. Josep Fontana. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v.3, n. 5, p. 307-315, jan./jul. 2011.

lidar com urgências e costumes tensionados constantemente.⁵ Mais do que um momento de tensão, observei uma permanência desse enfrentamento, diante da desigualdade e exploração tida como cadência da organização do capital. Tudo isso motiva a insistência nessa pauta de debate histórico.⁶

Ana Maria, representativa desse processo, instigou essa análise a partir de nossa conversa; isto é, provocou o interesse em problematizar o olhar conjunto que lançou sobre o presente, o passado e o futuro frente às mudanças na sua condição de classe. Portelli, ao discutir a linguagem e a tônica da relação com seus entrevistados, sugere como esse processo dialógico é intenso e inconstante, não há linearidade, mesmo que projete imagens e determinados enredos na narrativa.⁷ A conjugação entre passado, presente e prospecções elenca interesses, limites e abreviações de tempos, e por mais proximidade e diálogo que caracterize a relação durante a entrevista, considero pertinente a indicação do autor quando menciona que “Muito da dramaticidade e da eloquência da entrevista derivam da consciência da separação e da diferença que existe entre nós”,⁸ ainda que se procure construir uma conversa franca em uma relação de confiança e de “igualdade na diferença”.

Desde o início, sua fala motivou a reflexão sobre como experiências de diversos trabalhadores emergem na confluência com a sua trajetória, sugerindo o que viveram e o que esperam viver ao compartilharem o processo de transformação da sociedade e, principalmente, interessou observar como ela avaliava a presença de outros trabalhadores na cidade – o onde e o como morar, os momentos e circuitos de encontro/confronto. Isso foi discutido vendo como a entrevistada se reconhecia nessas relações. O que decidia narrar e/ou precisava dizer foi sendo valorado e potencializado conforme a entrevista se prolongava e a percepção do seu lugar social no presente emergia. Ao fazer isso, ela acabou por indicar certas aproximações

⁵ FENELON, Déa R. (org.) **Cidades**. São Paulo: Olho d'Água, 1999. Trabalhos instigantes sobre esse confronto urbano no Brasil são apresentados nos artigos que compõem a coletânea em questão, indicando a passagem do século XIX para o XX como um momento que marca as lutas dos trabalhadores nas cidades brasileiras. Conferir essas produções e o suposto político indicado na introdução, o que amplia esse olhar reflexivo aos dias atuais.

⁶ Posicionamento relevante para essa colocação se apresenta em: ALMEIDA, Paulo R.; CALVO, Célia R.; CARDOSO, Heloísa P. Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloísa H. P.; MACHADO, Maria Clara T. (org.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 11-38.

⁷ PORTELLI, Alessandro. Sempre existe uma barreira: a arte multivocal da história oral. In: _____. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p.19-35.

⁸ *Ibidem*, p. 35.

entre suas formulações e a agenda de interesses dominantes na cidade – expressas na imprensa, nos projetos municipais e nas ações policiais “de controle e segurança pública”.

Ao considerar essas impressões, a produção de memórias explicitada na narrativa de Ana Maria se apresentou como a avaliação das relações construídas e interpretadas, indicando elementos da experiência social constituída no processo histórico que compartilhou nesses cinquenta anos em Uberlândia:

Ana Maria: Eu acho assim, que eu vivo muito no passado, eu lembro, eu até sonho com o que eu vivia. Aquilo é que era bom...

Pesquisadora: Será que é porque a senhora vive do passado, ou não gosta do presente?

Ana Maria: Não, eu acho que eu não gosto também do que eu vivo no presente. Quero mudar daqui de Uberlândia, quero uma cidade mais tranquila. Eu inclusive vô morá em Pedrinópolis [Goiás] quando meu marido aposentá. Eu acho que cresceu assim, desordenadamente. Uberlândia acabô! Muitos problemas, difícil demais, é violência, pobreza, pra todo canto.⁹

As marcas de sua trajetória, que hoje remetem a uma dificuldade de seguir adiante nessa cidade, destacam o enredo em que Ana Maria formula a sua mudança para Pedrinópolis, Goiás, uma cidade com aproximadamente 3.500 habitantes, conforme os últimos índices do IBGE 2010. A mudança aparece idealisticamente como uma possível solução, já que possui amigos e parentes para fazer parte dessa investida.

Ela sugere que nesta “nova” cidade as relações se deem com menos evidenciações da desigualdade social. Uma assertiva que merece ponderações, porque os “muitos problemas” não se limitam às fronteiras de Uberlândia, ainda que procure acomodar em Pedrinópolis o projeto de cidade que gostaria que Uberlândia tivesse realizado.

Com pouco mais de 600.000 habitantes, de acordo com os índices do IBGE 2010, Ana Maria gostaria que Uberlândia conjugasse a presença

⁹ Ana Maria, entrevistada pela autora em Uberlândia, 10 de agosto de 2006.

de conhecidos de toda uma vida e, ao mesmo tempo, fosse uma região “desenvolvida” e “tranquila”. Um lugar que produzisse mudanças a seu favor, partindo de uma noção de “progresso” que tem como proposta uma dada direção para as transformações, onde as alterações sociais, identificadas por Ana Maria como “desenvolvimento”, digo interesses da promoção burguesa, deveriam prevalecer, ainda que, contraditoriamente, valere o tempo bom como aquele em que não compartilhava dessas benesses capitalistas.

Ela percebe que conseguiu alterar sua posição nesse processo, materializando, em grande medida, o que almejou enquanto progresso particular na sua condição de “filha de trabalhador”, que lhe marcou as décadas de 1950 a 1990. Ao fazer essa reflexão, olha para os que não fizeram esse percurso procurando distanciar-se desses sujeitos, como se eles fossem “problemas” a serem resolvidos pela Administração Pública, ou mesmo associando-os a noções de “violência, pobreza pra todo canto”. Essa é a conotação que a impele a mencionar quem mora no bairro limítrofe ao seu:

Esse bairro Esperança, que é muito perigoso aqui, eles fala né? Pra mim não é perigoso não, a gente até cumprimenta o pessoal ali... mas é perigoso, lógico que é né? [...] aqueles terreno foram doado pro pessoal. Aí eles fizeram mais... óbvio! pra cidade crescê, fizeram o Alvorada lááááá naquela lonjura, sem nada.¹⁰

Essa avaliação da entrevistada advém, sobretudo, de uma análise que faz da cidade, indicando como se formulou muitos dos bairros ditos populares, ou mesmo a ocupação de áreas afastadas do centro comercial da cidade, para valorização de espaços vazios entre o centro comercial e conjuntos habitacionais – neste caso, promovida durante a década de 1980, como o Alvorada, ou ainda como autoconstruções produzidas em mutirão, para retirada de moradores de áreas de beira-rio, que foi se inserindo nos projetos municipais correntes desde então, sendo este o caso do bairro Esperança, também na década de 1980.

Essa formulação traz para Ana Maria leituras diferentes e contraditórias do processo histórico, pois quando convivía com certos trabalhadores, nas décadas de 1960 e 1970, não conseguia, com a tranquilidade de hoje, dizer que era “gente malandra” ou “favelada”. Ao

¹⁰ Ana Maria, entrevistada pela autora em Uberlândia, 10 de agosto de 2006.

discutirmos onde brincava na sua infância e como convivia com os trabalhadores nas proximidades de sua casa – ferrovia, moinho, transporte de carga, buscando água, na escola etc. –, ela destaca:

Ana Maria: [...] mais antigamente inclusive [até meados da década de 1970] Uberlândia não tinha favela. [...] Aqui em Uberlândia não tinha favela, tinha as casa de gente pobre, [...] sabe onde que tinha umas casinha pobrezinha aqui? Aqui onde é a Rondon [Avenida Rondon Pacheco], ali onde é aquele cruzamento com o [bairro] Tibery, é o único lugar. Inclusive eu conheci muita gente ali, tudo gente muito trabalhadora, honesta [...] elas lavava roupa, passava. Os moço trabalhava também na arroizera, nas carroça, não era favelado. Hoje, pra todo lado tem. Aumenta a violência, né?¹¹

Em um primeiro momento, sai na defesa dos trabalhadores que viviam próximos às margens de córregos na década de 1960 e 1970 – hoje compondo uma das avenidas principais da cidade. Morar “em taperinhas”, em “casa pobrezinha” não era o problema, pois os via trabalhando na cidade; destaca que conheceu “essa gente pobre” e sentia pelas dificuldades que percebia em seus viveres e em sua própria casa.

Nessa interpretação, Ana Maria permite observar o sentimento de exploração e desigualdade compartilhado entre os trabalhadores, que pautavam um campo de possibilidades comum na cidade, produzido a partir da condição de classe que reconheciam. Entretanto, a colocação de Ana Maria, recolocada no presente, indica, ainda, que não deixou de sentir esse processo, mas as motivações para se identificar com ele mudaram, alterando

¹¹ Ana Maria, entrevistada pela autora em Uberlândia, 10 de agosto de 2006.

seu interesse em se reconhecer nesse universo.¹²

Ana Maria sabia até mesmo as atividades que os trabalhadores, residentes nas proximidades do córrego, no bairro Tibery, realizavam, o que a seu modo retira deles a tipificação de favelados, pois é gente que trabalha. Contudo, não se identifica mais com muitos daqueles que compartilham com ela a cidade há tanto tempo. Se antes aquelas mulheres e moços era “gente honesta” e “trabalhadora”, em 2006 avalia grande parte desses trabalhadores como uma vizinhança indesejada, de trabalho incerto e renda duvidosa.

Mesmo que o Esperança seja um bairro, isto é, não esteja dentro da “tipologia urbanística” definida como favela, a historicidade de sua construção marca as relações que Ana Maria insiste em ressaltar, indicando que foi “favelado que veio pra cá com doação”.¹³ A noção de “doação” e de “favelado” foi produzida a partir do repertório histórico, noticiado e ainda hoje veiculado, sobre o modo como esses sujeitos tiveram acesso a essas casas, construídas em mutirão, com materiais a baixo custo e parcelados pelo Poder Público.

Além disso, o conjunto dos primeiros moradores era composto por uma população majoritariamente advinda, na década de 1980, das margens do rio Uberabinha, em um processo sugerido pela Prefeitura como “desfavelamento”, termo utilizado para qualificar a saída desses sujeitos daquela região, procurando positivar uma ação historicamente observada como imposição da retirada de trabalhadores empobrecidos de áreas em

¹² Thompson inspira essa análise ao destacar em sua obra que os trabalhadores ingleses – no processo de alteração de práticas de trabalho, associadas ao modo como viviam a expansão industrial entre os séculos XVIII e XIX – partilhavam um sentimento de intensificação da exploração e alteração de costumes, o qual implicava no modo como compreendiam as relações e formulavam suas ações, produzindo identificações de classe e, em determinados confrontos, traduzia essa experiência como divisão de valores. THOMPSON, E. P. **Formação da classe operária inglesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (particularmente o volume 2 - A Maldição de Adão) e do mesmo autor, **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

¹³ MENDES, Maria Dolores. No mutirão: alegria, união, participação. **Jornal Participação**, Uberlândia, 21 de agosto de 1984, p. 5; POPO, Pedro. Problemático, Esperança tenta mudar sua imagem. Projetos Culturais são implementados para tirar jovens da rua e da droga. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 10 de abril de 2005; PORTAL MEGAMINAS. Eu amo meu bairro. Moradores do Esperança em Uberlândia falaram sobre problemas. 06 out. 2010. (Vídeo) Disponível em: <<http://megaminas.globo.com/video/2010/10/06/eu-amo-meu-bairro-moradores-do-esperanca-em-uberlandia-falaram-sobre-problemas>> Acesso em: dez. 2010.

disputa, que se apresenta latente em projetos urbanísticos e relatórios de assistentes sociais da cidade.¹⁴

Em reportagem publicada no *Jornal Participação*, em agosto de 1984, Mendes propõe apresentar o processo de mutirão no bairro Esperança, trazendo em sua matéria várias imagens desse trabalho de produção das casas, da ação conjunta dos novos moradores e da Prefeitura, como uma ação de sacrifício gratificante. Uma das fotos que acompanha a matéria, indicando o descampado a ser coberto por novas moradias, traz como legenda uma mensagem que explicita a condição sugerida a esses trabalhadores nessa relação com o Poder Público, “O sonho da casa própria está se tornando realidade para os favelados do Uberabinha”.

Com essa ênfase de melhoria para os favelados, a composição da narrativa de Ana Maria sobre esses trabalhadores vai encontrando respaldo; a reportagem, ao produzir sua noção de favelado, ratifica uma produção de memória que os congela na condição de “favelados”, “desocupados” e “perigosos”, assim como explicita a ambígua e recorrente noção de “discriminados” e a necessidade de intervenção do Estado.

O bairro Esperança vem se fazendo desde então, e até hoje os trabalhadores que residem no bairro precisam dizer que “a maioria das famílias são pessoas de bem”, como se a conjugação pobre-violência-perigo fosse uma marca que não se arranca fácil da trajetória e da historicidade do lugar e de quem nele vive. Pois, nesse sentido, o “onde mora” e “como vive e trabalha” faz toda a diferença na hora de indicar como devem ser compostas as matérias jornalísticas, ou a visibilidade dominante sobre os territórios da cidade e quais práticas de controle social precisam ser

¹⁴ MINAS GERAIS. Departamento Geográfico. **Plano de Urbanização da Cidade de Uberlândia**. Belo Horizonte: Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais, 1954, 25p.; RELATÓRIO ICASU. **Levantamento de favelas e condições de vida**. Uberlândia, jun 1980. Livro de Correspondências da Câmara/Correspondências Recebidas. Acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia; NASCIMENTO, Dorivaldo A. **O drama da favela e do favelado**. Uberlândia, 1982, mimeo. Trabalho apresentado e discutido na Câmara Municipal de Uberlândia. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU; UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Economia. Centro de Pesquisas Econômico-Sociais. **Condições das Famílias na Periferia de Uberlândia**. Uberlândia, fev.1996. CD-ROM. Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História/UFU

implementadas como “necessárias”.¹⁵

O “mudar daqui”, mencionado por Ana Maria como ponto de partida de nossa conversa, destaca o que almejava como pauta da entrevista. Entretanto, essa menção lhe trouxe a recordação de uma condição muito mais dura e desigual, de um momento que considerava ter deixado para trás, em que ainda se reconhecia como parte de família de “trabalhador pobre”, “diferente de nível mesmo, da pessoa ter dinheiro e a gente num tê, né?”.

Falar do momento em que mencionou como sendo “Aquilo é que era bom” – referindo-se às décadas de 1960 e 1970 – contraditoriamente indicou os espaços que percorria – para banhos em córregos, colher milho e frutas, buscar água e areia, lavar roupa, cuidar da casa e dos irmãos mais novos –, destacando uma condição de classe e a forma como ela se materializava nessas relações, sugerindo dificuldades e mudanças intermitentes em um tempo que pareceu se prolongar em demasia, principalmente ao lembrar-se da irmã que morreu por falta de atendimento médico e, em decorrência, o fim da “fábrica” de geleia e da criação de animais no quintal da casa e a mudança de residência, além da dificuldade em conseguir empregar-se. Essas são algumas questões que configuraram o custear a sobrevivência em tempos de alteração da economia familiar.

A entrevistada, ao destacar onde morou, como morou e como essas mudanças eram propostas na cidade, recoloca o que indicou para a produção dos bairros Esperança e Alvorada, principalmente o “sem nada” e distante. Haja vista que permitiu que percebesse que essa era uma indicação recorrente na formulação dos espaços de moradia dos trabalhadores, inclusive vivido por ela e seus familiares durante as adequações de várias regiões tidas como vilas de trabalhadores, e que se expandiam como centro comercial nas décadas de 1970 e 1980 em Uberlândia.

Ana Maria: [...] Não. [A cidade] Crescia muito poco [décadas de 1950 e 1960]. Inclusive nós vendemo a nossa casa na Antônio Crescêncio e compramo aqui no bairro Brasil, que os meus pais moram até hoje, né? Ali

¹⁵ Chalhoub, ao apresentar as confrontações no Rio de Janeiro em finais do século XIX, frente à destruição de cortiços e estalagens para expulsão de trabalhadores de áreas que comporiam as chamadas reformas urbanas da área central, coloca a utilização do termo “classes perigosas” como um dos mecanismos para ratificar o conflito urbano e os interesses dos grupos dominantes. O autor também instiga a refletir a permanência dessa promoção de expulsão e tentativa de controle do uso da cidade na atualidade, ver: CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febre**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

na Avenida Maranhão. Até então, ali era fossa, quando nós compramos a nossa casa aqui. [...] Era fossa... isso tem 31 ano [? 1974], depois de uns 10 ano é que pois, que ês puseram esgoto... [...] É. E depois de muuuuito tempo é que pois asfalto. Aí Uberlândia começô a expandi né, por aqui. [...] Começô a tê terreno pra vendê. Até inclusive, aqui ó [apontando para a região em que mora desde que casou, em 1976, também localizada no bairro Brasil], aqui era nada [...] aqui era fazenda, fala, consta no documento [escritura], isso aqui era fazenda [...]

Pesquisadora: Pois é, mas aí, se a gente for pensar que aqui não tinha nada, quem começou a vir pra cá? Foram pessoas que moravam aqui ao redor? Ou comerciantes...

Ana Maria: [...] isso aqui era bairro de gente pobre morá. Inclusive nós viemos morá aqui, nós fomos o primeiro residente daqui do bairro Brasil. Saimos da Antônio Crescêncio, que já era muito assim... o outro falava assim: “vilenada, fubazada”, era assim que a gente era, morava em lugar de pobre [...] A gente era discriminada, o pessoal era discriminado porque morava em vila [...]

Pesquisadora: Vila era os lugares mais...

Ana Maria: [...] Era de gente pobre. Então, até meus primo [...] falava que nós éramos uma fubazada [risos], porque morava em vila né?

Pesquisadora: E eles moravam onde?

Ana Maria: Na Coronel Antônio Alves, ali no centro. [...] Meu pai fez um negócio meio loco. Vendeu nossa casa da Antônio Crescêncio, sem precissão nenhuma [...] Aqui na Maranhão [doze quadras acima da rua Antônio Crescêncio], aqui não tinha nada. Enquanto lá na Antônio Crescêncio, tinha tudo né? Os armazém de esquina, o movimento [...] aqui tinha que saí loooonge pra comprá. [...] Poeira demais... [...] O meu pai vendeu lá, comprô aqui. Ah! Ele construiu uma casa ali, lá na Alagoas [15 quadras acima da rua Antônio Crescêncio], perto daquela Churrascaria Porto Alegre e num teve como terminá. Aí vendeu essa casa lá, da Alagoas, e

comprô essa daqui [rua Maranhão, 3 quadras abaixo da rua Alagoas].[...]

Pesquisadora: Aí mudou o terreno? Lá era maior e o daqui menor?

Ana Maria: Era. Lá a casa que eu morei na Antônio Crescêncio tinha 15,5 [metros] por 40 [metros]. E esse aqui é 10 [metros] por 25 [metros].¹⁶

Posteriormente, na reconfiguração desse novo espaço como área central, houve uma pressão para a saída de muitos trabalhadores, dos quais Ana Maria já não se coloca como parte. Afinal, a sua condição havia mudado, em grande medida, no percurso da década de 1990:

Ana Maria: O centro mesmo [décadas de 1960/70] era ali no Edifício Tubal Vilela, né?

Pesquisadora: E como que a senhora identifica esse lugar, por que ele é o centro?

Ana Maria: O centro é assim, porque tinha as loja, os banco. E hoje tem banco em tudo quanto é lugar. Hoje não, hoje o bairro Brasil [onde mora] é considerado centro. Antigamente não, isso aqui era vila. Nem bairro num era, era vila Brasil, Vila Operária, era assim. [...]

Pesquisadora: Mas está todo mundo aqui até hoje?

Ana Maria: Nada. Muita gente foi mudando, até a gente, quando começô foi saindo de onde tava. Eu já tô bem mais longe da Antônio Crescêncio do que meu pai [antiga Vila Operária, bairro Aparecida atualmente], não é? [17 quadras acima]. Mas os daqui também mudaram, venderam, ganhô um dinheiro com a melhora daqui. Hoje o IPTU é caro e o bairro não é mais vila, é de classe média, centro [...]

Para ela, esse modo de estar na cidade de Uberlândia permite que não credite a determinados trabalhadores um pertencimento comum, mas sim a distinção; configurar práticas pela dimensão do terreno, alterar hábitos pelas distâncias a percorrer, revender a casa sem terminar – pois a renda

¹⁶ Ana Maria, entrevistada pela autora em Uberlândia, 10 de agosto de 2006.

ficou limitada – ou mesmo mudar-se para uma menor e mais simples foi a alternativa, mesmo que a entrevistada procure distinguir a necessidade de muitos em vender e sair do bairro Brasil na última década e aquela condição de sua família, que era de “gente pobre” na década de 1970, mas não era “pobrezinha”, por isso vendeu a casa sem precisão.

Tudo isso, trinta anos depois, ela identifica como um convívio incômodo, uma desordem pontuada na violência e na insegurança do seu viver, que não está separado da pobreza que está “pra todo canto”. Nesse caso, não há contradição, a proposição do capital se faz nessa promoção da desigualdade e mesmo diante de muitos empreendimentos de expulsão – controle de circulação, visibilidade e convívio –, esse processo está em disputa e é promovido, muitas vezes, à revelia da organização urbanística dominante.

Ao mencionar transformações da “vila” em “bairro”, Ana Maria esbarrou, vez ou outra, na saída de muitos de seus vizinhos e nas pressões que motivaram, e ainda motivam, essa saída (IPTU mais caro devido ao novo zoneamento do bairro como centro, condições de vida mais instáveis devido ao desemprego, alto custo de vida e tantas outras questões que se acumulam e exigem decisões urgentes). Ela elenca essas questões como naturais, como se a movimentação desses trabalhadores fosse algo necessário no processo de crescimento da cidade, redimindo-se de qualquer pesar quando indica que a retirada de certos vizinhos garantiu que conseguissem “ganhar um dinheiro”.

Tudo isso fez com que eu observasse mais de perto os processos de “desordem” que perpassam a trajetória de Ana Maria, que em um primeiro momento sentiu de perto as agruras da condição de trabalhador: indo morar nos loteamentos recém-abertos para os “populares” na década de 1970; sem infraestrutura e distantes do que compunha as necessidades dos trabalhadores – trabalho, atendimento médico, escola, transporte para uso dos espaços da cidade, compra de mercadorias etc. Essa condição fortalecia a distância que tinha da “Uberlândia se expandindo” naquele momento. Uma expansão propagandeada até os dias atuais como o “salto de melhoria” para as condições de vida dos moradores, como se não existissem distinções classistas entre eles e no modo de experimentar mudanças e permanências da desigualdade.

Nesse momento “tão áureo” de expansão industrial e de investimentos urbanísticos, Ana Maria não conseguiu os postos de trabalho que aspirou enquanto “filha de trabalhador”. Nas indústrias que chegavam,

não passava nos testes, seja pela falta de estudo, seja por não apresentar os tais requisitos necessários, “eu era muito miudinha pra trabalhá na produção”, algo que ainda a caracteriza, pela silhueta fina e de baixa estatura. Mesmo que não enfatize essas questões como limites da sua participação nas benesses da cidade na década de 1970, eles emergem enquanto contradições presentes no que se promovia oficiosamente como progresso e desenvolvimento. Questões que cortam a linearidade da narrativa para apontar as exclusões, disputas e práticas de exploração – na busca do trabalho braçal e a baixo custo – que fizeram e fazem parte da feitura de cidades a contragosto da imagem da industrialização como um benefício para todos e, em particular, para os trabalhadores, “contemplados” com postos de trabalhos.

Ao se casar em 1976, Ana Maria ainda foi morar na Vila, um pouco acima do local onde seu pai morava, pois quanto mais quadras subissem, mais barato o preço do terreno. No entanto, construiu ao lado de seu marido uma condição de trabalhadores que avalia atualmente como “estável”, mesmo que no início, reconheça que “foi tudo muito difícil” – manter os estudos do esposo, enfrentar trabalhos inconstantes e começar a cuidar dos filhos, aumento significativo nos custos da sobrevivência. Mas o que lhe interessa ressaltar é que hoje seu marido é um engenheiro bem colocado em um dos grupos empresariais mais importantes de Uberlândia e, portanto, contribui, satisfatoriamente, para manter e, quando convém, transformar o modo como vivem. Esse foi o marco significativo de mudanças na sua relação com a cidade e na sua condição social.

Ao deixar de se ver e viver como “vilena”, partilha com muitos outros moradores noções contraditórias sobre o pertencimento social, permeando condescendências, recusas e identificações com trabalhadores empobrecidos, problematizando as relações que construiu e almejou na cidade, reconhecendo a desigualdade, mas não se comovendo com ela. Os tempos da narrativa e as experiências tratadas possuem outras determinações; elas são valoradas e traduzem sentidos ao vivido conforme se coloca socialmente.

Ao indicar minhas impressões sobre a narrativa de Ana Maria, tendo em mente as memórias que produziu sobre as relações experimentadas, procurei não só as inquietações, os problemas, mas, também o modo como suas proposições são encaminhadas, atentando-me, sobretudo, para o enredo em que emergiu, isto é, os “comos” e os “porquês” que nos aproximam de evidências e da dinâmica das relações sociais no processo histórico. Um processo de identificações e divisões contraditórias

que são produzidas ao longo de trajetórias pessoais na composição de certa experiência social.

Narrativas e narradores permitem que nos confrontemos com as práticas sociais e suas formulações na produção de memórias, percebendo, nessa composição, como os trabalhadores se colocam e se veem no processo histórico. As entrevistas instigam e potencializam tal reflexão, mas o sentido de produção interpretativa da história não se encerra aí, está nas diversas fontes e nos diferentes caminhos construídos pelos trabalhadores para protagonizarem suas expectativas e necessidades, mesmo que as avaliações de pressões e limites não apontem para um único caminho, muito menos para relações consensuais.

Com esse encaminhamento, entendo que a vida de determinados trabalhadores pressiona para que encaremos as mudanças e disputas sociais, deixando para trás, na produção do conhecimento histórico, as explicações que amenizam e, às vezes, até ignoram a intensidade dos embates que foram produzidos. Pois não são as fontes orais que negam essa linearidade e a solução planejada para a organização social, é a dinâmica das relações, expressas também em outras fontes, que permitem colocarmos em movimento as certezas e explicações sugeridas há muito em nosso *métier*.¹⁷

As limitações de moradia e trabalho, que agora não fazem parte do que Ana Maria sugere como seu lugar na cidade, aponta uma avaliação de quem enfrenta os resultados do que resumiu como “muita pobreza”. Seu incômodo perpassa o que identificou como sendo “desordenado”, como se o “crescimento urbano” não atendesse, ou previsse, a separação classista necessária, isto é, a efetivação do “lugar de cada um”. Por isso, incomodou tanto a cidade compartilhada com trabalhadores que traduzem pressões e desigualdades, que fazem a cidade ser um espaço de tensão, onde esses sujeitos concorrem e limitam a proposição de certa racionalidade urbanística de classe. Racionalidade essa que muitas vezes compôs o debate acadêmico e político, problematizando essas práticas a partir de críticas a práticas vinculadas à noção de “especulação”, ou mesmo de ações denominadas

¹⁷ Discussões importantes que tratam das polêmicas e debates acadêmicos envolvendo a constituição da classe e as práticas dos trabalhadores na sociedade brasileira foram formuladas em SADER, Eder et al. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.39-67. No entanto, essa provocação permanece como desafio às produções atuais que trazem como problemáticas as relações classistas e a potência das ações dos trabalhadores historicamente.

como “periferização” e “segregação social/espacial”, enquanto caminho colocado para a “constituição do espaço urbano”. Explicações construídas e chanceladas como sínteses estruturais da ocupação do território comum das cidades.

Os trabalhadores estão pela cidade, não se limitaram às expulsões e planejamentos voltados aos “populares” e “favelados”, como os avaliadores da gestão urbana indicam em seus trabalhos, que acabam, muitas vezes, por ratificar essa leitura histórica que apresenta a organização social pensada pelo Estado e conforma os trabalhadores em determinados quadros e zoneamentos.¹⁸ Rolnik, mesmo avançando na reflexão sobre essa problemática, pensa a partir do papel primordial da urbanização no processo de constituição das cidades. A autora apresenta a exclusão como marca da feitura das relações urbanas, mas não traz um encaminhamento que não esteja circunscrito à proposta de um novo planejamento urbano. Uma solução acadêmica que parece manter o elitismo de seus proponentes, permanecendo o lugar de quem organiza e quem é organizado.¹⁹

Acredito que as relações não são apenas duais, mas também divididas e entremeadas. Por isso, os conflitos são constantes e trazem incômodos à pauta “urbanística” dos grupos dominantes. Ao fazer essa ponderação, emergem valores balizados em condições de classe distintas e concorrentes, tanto em razão das urgências da sobrevivência que pressionam os trabalhadores, quanto pela materialidade restrita e diferenciada que eles têm como campo de disputa nesse território social, mesmo no interior da classe.

A postura de Ana Maria, ao se defrontar com a imagem contrastante de casas e práticas que são próximas à sua residência, traduz uma noção de desconforto, explicitada pelo distanciamento de classe que ao longo desses anos viu se efetivar, parcialmente, nessa relação de vizinhança. Sua condição de família de trabalhador “pobre” mudou, foram remediadas muitas de suas carências, assim como satisfeitas algumas de muitas expectativas que lhe autorizaram retirar essa adjetivação de sua condição de família de trabalhador. Com isso, expressa mudanças desiguais no terreno comum da cidade, pois o que formula como “as coisa não acompanhô o crescimento” ganha especificidade ao olhar para aqueles que trilharam

¹⁸ Reflexões com esse encaminhamento são destacadas em: MOURA, Gerusa G.; SOARES, Beatriz R. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 10, n. 32, p. 22-40, dez. 2009.

¹⁹ ROLNIK, R. É possível política urbana contra a exclusão? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 72, p. 53-61, 2002.

caminhos próximos aos seus, mas com os quais não possui identificações como antes – condições das casas, rendimentos, roupas, alimentação, lazer, necessidades, anseios etc.

Contudo, diferentemente daqueles que nasceram em condições de classe privilegiadas, a experiência de Ana Maria lida com as contradições de percorrer a cultura dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, aspirar por outra condição de classe, outro universo de relações. Portanto, o que faz durante nossa conversa não é apenas apontar distinção, mas é produzi-la enquanto expectativa de vida.

No entanto, não é só Ana Maria que promove tal diferenciação social. Mesmo entre aqueles que foram nomeados como “trabalhadores do processo de desfavelamento” – e, nesse caso, envolvidos na produção de moradias no bairro Esperança – as identificações não são mecânicas. As práticas do Poder Público, ao lidar com a presença de trabalhadores, desempregados e empobrecidos, visualiza-os como uma massa homogênea, concomitantemente, apontando-os como um “problema social”.

Santos destacou em seu trabalho a divisão nesse processo, argumentando sobre a colocação do trabalhador Urias, indicada no *Jornal Primeira Hora*,²⁰ em 1986. Este era um momento de intenso confronto para a retirada daqueles que se recusavam a deixar as margens do rio Uberabinha e se dirigir para o bairro Esperança.

O Sr. Urias, que argumenta frente à injustiça de ter o modo como vive alterado e comprometido pelos interesses defendidos pelo Poder Público, é capaz de se identificar com muitos trabalhadores, mas também de se distanciar de muitos outros [...]

[...] Procurou, portanto, diferenciar-se dos sujeitos com os quais o Poder Público o identificava como iguais. Mas precisava ter cuidado, porque tinha que sustentar a condição de trabalhador, mas honesto, para conseguir negociar melhor o que seria sua expulsão do lugar que ocupava na cidade.

Essa ação, formulada em sua prática de diálogo com a imprensa, expressa sua atuação nas condições de desigualdade que vivia. Sabia das dificuldades, percebia que os jornalistas foram ali criminalizar a sua

²⁰ FAVELADOS do Uberabinha não querem ser transferidos. **Jornal Primeira Hora**. Uberlândia, 20 ago. 1986, p.9.

resistência em sair das margens do rio. Mas enfrentava suas dificuldades da maneira como compreendia sua vida, a partir das relações em que se envolvia e se movimentava na cidade. Tinha como referência os valores e as expectativas que sustentava em sua conduta. Lutava por elas, as defendia como condições de se viver melhor na cidade, era seu local de moradia, trabalho, segurança.²¹

A interpretação de Santos sugere os limites ao chamado assistencialismo à pobreza e às divisões que certos trabalhadores não abrem mão de fazer ao se colocarem frente à necessidade de moradia e trabalho, ou mesmo ao se confrontarem com o lugar que outros querem determinar para eles. Mesmo em uma correlação de forças díspares, o senhor Urias identifica as dissidências e problematiza a positividade da constituição do bairro Esperança.

[...] das 180 famílias que eles afirmam que levaram para lá dizendo que eram daqui da 'Beira do Rio', não tem nem dez. Eles levaram para lá foi só gente à toa, maconheiro, pinguço, tirador de esmola, pai de família mesmo, trabalhador honesto, eles não levaram quase ninguém [...] lá não tem condições da gente morar, eu já sou um velho e tenho aqui a minha chacinha, de onde tiro o sustento para mim, minha mulher e duas netinhas que eu crio [...] o dinheiro da aposentadoria não dá nem para o café [...] Se eu for lá para o Esperança, não vai ter jeito de trabalhar, pois é aqui que eu tenho a minha chacinha. Além disso, lá não dá para plantar nada, porque o terreno é pequeno e mesmo porque é só areia. E tem também o problema de que lá só mora quase que gente à toa.²²

Para o trabalhador, a desigualdade permanece e, talvez, possa piorar, à medida que a visão dominante apresenta os sujeitos no coletivo,

²¹ SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. **Ser trabalhador na cidade**: relações de classe em Uberlândia – fins do século XX e início do século XXI. Uberlândia, 2009. 169f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. p. 54-56.

²² FAVELADOS do Uberabinha não querem ser transferidos. **Jornal Primeira Hora**. Uberlândia, 20 ago. 1986, p.9.

deixando de lado as peculiaridades que compõem as práticas de muitos deles. Essa distinção, exaltada por Urias, sugere pensar nas divisões e como as identificações entre os trabalhadores são construídas e/ou confrontadas. Não é porque compartilham o espaço onde moram, ou mesmo experimentem necessidades e pressões comuns, que a forma como atuam nessas relações apresentem a mesma conduta e moralidade todo o tempo.

Ainda que a intenção da formulação de seu Urias seja para fortalecer sua oposição à retirada de sua moradia, em grande parte, a formulação que apresenta editada pelo jornal – que tem o interesse em valorizar a ação da Administração Municipal – corrobora para que o bairro Esperança seja visto como Ana Maria o definiu: habitado por moradores perigosos, desocupados e promovedores de violência. Essa reflexão não ficou apenas nas páginas policiais, nas ações da Administração Municipal ou nas formulações de Ana Maria. Esse modo de olhar para essas relações também demonstra o modo como elas foram rememoradas nos últimos anos, marcadas por determinados interesses de classe que, contraditoriamente, expõem e querem confirmar, em doses módicas e fragmentadas, a visibilidade de um lugar a ser controlado e disciplinado por ser violento e pobre.

Em matéria do Jornal *Correio de Uberlândia*, um ano antes da entrevista com Ana Maria, essa questão era apontada da seguinte forma:

No bairro Esperança, em Uberlândia, apontado como um dos lugares de maior incidência de drogas, a palavra esperança ganha um novo sentido. Não é mais sinônimo de perigo. Até algum tempo atrás para entrar na localidade era preciso pagar pedágio; ônibus, táxi e entregadores de mercadorias não transitavam pelas ruas e cidadãos não saíam à noite. Embora se registrem ainda várias ocorrências — somente na semana retrasada, a PM anotou, pelo menos, 10 casos envolvendo tráfico e uso de drogas e roubo a transeuntes — os cerca de mil moradores do lugar já não sentem tanto medo como havia antigamente. Porém, o silêncio dos moradores continua sendo lei quando alguém toca no assunto de tráfico. Desde o ano passado, moradores e voluntários de outros bairros estão dispostos a mudar a imagem da localidade. O trabalho está sendo feito pela Associação de Moradores e por entidades sociais. “Durante 18 anos

o coletivo ficou sem entrar aqui; agora tem até ponto final aqui”, salienta a presidente da associação, Maria de Jesus Alves da Silva.²³

Mesmo quando o jornal produz uma matéria indicando a positividade das mudanças implementadas no bairro, não deixa de reconstruir uma historicidade em que o Esperança seja “sinônimo de perigo”, indiretamente reforçando e dando sustentação a construções como a apresentada por Ana Maria. Essa noção é construída pela imprensa em 2005 buscando na oralidade dos moradores o respaldo para sua formulação.

O jornal tenta indicar que o receio e a noção de perigo são vivenciados pelos que moram no bairro, que querem mudar “a imagem” daqueles que vivem lá. Ao fazer isso, esse periódico enfatiza a questão como um problema local – de quem mora naquele lugar –, como algo que não se vincula às condições dos trabalhadores na cidade. Com essa formulação, a produção jornalística consegue retirar o olhar de intervenção de classe/controlado sobre o bairro, e coloca tanto o que é vivido como o que se quer transformado enquanto aspiração dos próprios moradores da “localidade”, desvinculando-o da organização social dominante que interferiu (e interfere) para que esse modo de viver seja dessa e não de outra forma. Em nenhum momento são mencionadas as condições em que esses intitulados “cidadãos” produzem sua permanência em Uberlândia.

Na mesma direção, a produção do quadro “Eu amo meu bairro” em 2010, pela Rede de TV Integração/Globo Minas, também formula uma prática contraditória de denúncia e conformação de lugar marginalizado ao bairro Esperança.²⁴ A produção foi feita como sendo o espaço da população no programa jornalístico diário da emissora. Entretanto, exime-se de responsabilidade sobre o que irá elencar enquanto expectativa de mudança e como se localiza nas relações que promovem esse campo de desigualdades sociais. A reportagem se coloca como mediadora das relações, entretanto procura traduzir essas práticas como um histórico de pobreza e “problemas” a ser superado com o esforço de todos. Mais uma vez, a noção coletiva tenta

²³ POPÓ, Pedro. Problemático, Esperança tenta mudar sua imagem. Projetos Culturais são implementados para tirar jovens da rua e da droga. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 10 de abril de 2005.

²⁴ PORTAL MEGAMINAS. Eu amo meu bairro. Moradores do Esperança em Uberlândia falaram sobre problemas. 06 out. 2010. (Vídeo) Disponível em: <<http://megaminas.globo.com/video/2010/10/06/eu-amo-meu-bairro-moradores-do-esperanca-em-uberlandia-falaram-sobre-problemas>> Acesso em: dez. 2010.

explicar e padronizar o perfil de morador e o viver dos trabalhadores na cidade, não há qualquer relação com a atuação da Administração Pública ou projetos dominantes. Ao essencializar as questões em um ente coletivo adjetivado pela noção de “pobreza”, os sujeitos perdem força de atuação e aparecem na editoração da matéria como se estivessem à espera de intervenções para a coletividade, como a realizada pela reportagem.

Mas a produção acadêmica também recompõe esse histórico explicativo da origem do bairro a partir do desfavelamento e, posterior a isso, a vivência de um processo de “[tentativa de] recuperação” do bairro, saindo de sua condição marginalizada. Naves, em sua dissertação, indica que:

O Bairro Esperança possui uma boa localização, mas devido ao estigma que possui de ser um bairro violento, não agrega valor de venda de imóvel. Uma parcela expressiva dos moradores que moram no bairro há menos de dez anos [desde 2000] é de pessoas que vieram de outros bairros pobres da cidade, após conseguirem comprar sua casa por um preço inferior ao do mercado. Uma porcentagem dos moradores comprou o imóvel de terceiro e continua morando ali. Nas conversas cotidianas, a maioria da população gosta de morar no bairro, apenas reivindica que é preciso que os órgãos públicos dêem atenção merecida ao bairro. Segundo um morador:

[...] “Nós somos discriminados de todo jeito. Ninguém gosta de passar dentro do bairro porque tem medo. Aqui a maioria das famílias são pessoas do bem. Nós sozinhos não conseguimos nada. Aqui tinha uma tal de associação de moradores que podia trabalhar para a comunidade, hoje não existe mais. Entra ano, sai ano, estamos sem ninguém para erguer o bairro.” (Entrevista realizada com J.N).²⁵

Essa composição do que é agregado ao “valor do imóvel” é o que importa esmiuçar, ou seja, indicar o modo de vida desses trabalhadores e a

²⁵ NAVES, Agnaldo R. **Segurança alimentar e desenvolvimento infantil no Bairro Esperança, em Uberlândia-MG**. Uberlândia, 2010. 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, p. 43.

condição de classe em questão a partir da noção de bairro “popular e perigoso”, formulado para apresentar a aquisição de casa própria por aqueles de baixo poder aquisitivo. A cobrança que Naves parece compartilhar e vai reforçar, utilizando-se também da fala de um desses trabalhadores, indica que uma ação assertiva dos órgãos públicos ou da associação dos moradores poderia alterar tal situação de “discriminados” em razão de onde e como moram, o que fazem e de onde vieram.

Mas quando a autora indica que “a maioria da população” diz que gosta de morar no bairro, isso quer dizer exatamente o quê? Talvez reflita que, na relação com a pesquisadora, não quiseram deixar de valorizar a decisão de morar no Esperança. Pois podem até apontar questões a serem resolvidas, mas dificilmente irão assumir uma posição de repúdio ao lugar em que vivem, até mesmo porque poucos têm como campo de possibilidade saírem dali. As alterações limitadas em sua condição social ao longo desses anos apontam esse horizonte. Não pretendem desqualificar suas práticas e inserção, ao contrário, tentam indicar o esforço empreendido para que outra realidade seja vivenciada, ainda que sem compromisso da Administração Municipal e a contragosto de muitos de seus vizinhos.²⁶

Ao me conceder a entrevista, Ana Maria sabia que eu estava ali para produzir um trabalho sobre a cidade e os trabalhadores e tinha, tanto ela como eu, considerado sua experiência representativa das relações e inquietações sobre esse processo histórico. Portanto, ainda que estivesse disposta a me contar “a história da cidade”, tinha como suposto a sua importância para produzir essa narrativa, onde o diferencial que trazia, ao contar essa história, eram as transformações que produziu no seu viver. Ela queria que alguém a escutasse e, nesse sentido, eu estava ali para isso, mas não apenas para isso.

Concordo com Portelli, quando diz que a preocupação ou o princípio do uso das entrevistas não é “darmos voz” a esses sujeitos; ao contrário, a intenção deve ser nos colocarmos em diálogo e enfrentamento com o que dizem, a partir da nossa escuta. Pois, como o autor destaca, essa

²⁶ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 2, dez. 1996: 59-72. Neste trabalho, o autor destaca a composição de campos de possibilidades na dinâmica desigual das relações, indicando o vivido e percebido socialmente como base para o sentido dado ao lugar social que se ocupa.

é a parte difícil, já que a “escuta é provocativa, é uma escuta que é um desafio”.²⁷

Ao procurar dialogar com as contradições, valores desiguais, transformações, tensões e sonhos, evidenciam-se polêmicas, pressões e limites dos enfrentamentos que estamos ou não dispostos a fazer. Esse é o percurso da produção não só das entrevistas, mas de nossa escrita, de nosso comprometimento com o que é vivido em sociedade. Portanto, o trato e a seleção de fontes, a escrita histórica e os debates que promovemos são permeados do que somos e em que acreditamos, do que queremos para o mundo em que vivemos. Um procedimento teórico e metodológico expresso em escolhas políticas, como destacava Thompson ao se pronunciar nos debates e interpelações sobre sua produção.²⁸

A experiência social nos coloca como parte da feitura do processo histórico, nosso olhar expressa os valores e sentidos que formulamos ao que se coloca na cena histórica e se potencializa na ação humana, dificultando abrir mão desse debate.

Artigo recebido em janeiro de 2012; aprovado em novembro de 2012.

²⁷ PORTELLI, Alessandro. A lógica das narrativas e a aprendizagem da diferença na pesquisa de campo. In: WHITAKER, Dulce C. A.; VELOSO, Thelma Maria G. (org.). **Oralidade e subjetividade: os meandros infinitos da memória**. Campina Grande: EDUEP, 2005. p. 52.

²⁸ THOMPSON, E. P. La política de la teoría. In: SAMUEL, Raphael (ed.). **Historia Popular y Teoría Socialista**. Barcelona: Crítica/Grupo Editorial Grijaldo, 1984, p. 301-317.